



Universidade  
Estadual de  
Londrina

DELFINA NEGRO

**DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
REVENDO CONCEITOS**

---

LONDRINA

2010

DELFINA NEGRO

**DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
REVENDO CONCEITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina sob  
orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Simone Moreira  
de Moura.

LONDRINA  
2010

DELFINA NEGRO

**DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
REVENDO CONCEITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Moreira de Moura  
Prof<sup>ª</sup>. Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Célia Regina Vitaliano  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms Erika A. Regiani  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 19 de outubro de 2010.

A todos os profissionais da Educação que com competência procuram acolher e incentivar os especiais na formação educacional.

## **AGRADECIMENTOS**

Sempre que iniciamos algo em nossas vidas temos que oferecer ao Pai Eterno, é ele que nos proporciona os meios necessários para desenvolver todas as nossas aspirações, sonhos, atitudes. Por isso o agradecimento a Deus que me possibilitou estar aqui, aos meus filhos que sempre me apoiaram e ajudaram nas dificuldades, a minha mãe e irmãs que não me deixaram desistir e tem me ajudado a continuar, ao meu filho de coração Elielton que despertou em mim a vontade de conhecer melhor o trabalho com os especiais, as minhas amigas de caminhada que me ampararam e incentivaram e a todos professores e professoras pela paciência, ensinamentos e por contribuírem em minha formação acadêmica.

NEGRO, Delfina. **Da Educação Especial à Educação Inclusiva: Revendo Conceitos**. 2010. 24 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## **RESUMO**

Neste estudo, problematizamos os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, na medida em que estes se (con) fundem no contexto da educação fundamental, espaço privilegiado desta pesquisa. Para tanto, foram analisadas produções científicas que discutem os conceitos mencionados acima, alguns documentos de âmbito nacional, jornais locais e entrevistas realizadas em quatro (4) escolas regulares do município de Londrina com os Diretores das respectivas instituições. Vale salientar que é nítida a confusão conceitual, confusão esta apreendida em discursos que se dizem inclusivos, e/ou que trabalham em uma perspectiva de educação inclusiva. Apesar dos avanços tanto nas políticas públicas, quanto em debates acirrados em instâncias formadoras de opinião; o que se percebe ainda são práticas pautadas em concepções segregacionistas mediadas por discursos de assistência.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Revisão de Conceitos.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>(RE) CONTEXTUALIZANDO OS CONCEITOS NA ATUALIDADE.....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>21</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O presente estudo visa problematizar os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, tema este muito debatido na atualidade. Para tal, serão analisados alguns autores e suas proposições frente à temática; documentos nacionais e entrevistas realizadas com os diretores de quatro (4) escolas municipais de Londrina, com o intuito de promover uma discussão mais localizada.

A compreensão dos conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva que estão sendo veiculados e apreendidos pelos profissionais envolvidos com a educação de crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, têm suscitado muitas interpretações e confusões conceituais. Assim, temos como objetivo primeiro, buscar apreender os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, na medida em que estes se (con) fundem no contexto da educação geral e mais especificamente no ensino fundamental.

Para tanto, nos apoiaremos inicialmente em alguns artigos que discutem os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, leis nacionais e análise das entrevistas realizadas em quatro (escolas) da rede municipal de Londrina com os Diretores; visando conhecer quem é a pessoa que apresenta necessidades educacionais especiais, suas especificidades, necessidades e possibilidades segundo a perspectiva e compreensão dos sujeitos entrevistados.

No primeiro capítulo, intitulado *Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva* revisitaremos alguns momentos significativos de ambos os



conceitos, situando-os não somente em sua temporalidade, mas buscando apreender os conceitos em seus respectivos contextos.

No segundo capítulo, *Método* será apresentado o referencial metodológico e as entrevistas feitas nas quatro (4) escolas municipais de Londrina com os diretores e seus respectivos depoimentos.

Por último, *(Re) contextualizando os conceitos na atualidade*, problematizaremos como os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, se (con) fundem no contexto da educação fundamental em uma amostra de quatro (4) escolas municipais de Londrina.

## **2- EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Ao iniciar a discussão acerca dos conceitos sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, faz-se necessário um levantamento das discussões circulantes a esse respeito. Para tal, foram selecionados alguns autores Glat, Rodrigues, Haguette, que contribuem para esta discussão.

Nesta direção, ressaltamos que a Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos, que em tempos diferentes, foram denominados de variadas formas, passando por terminologias como excepcionais, portadores de deficiência, portadores de necessidades especiais e mais atualmente sujeitos com necessidades educacionais especiais.

Tais formas de nomear parece ter contribuído para a criação do seguinte paradoxo: na medida em que se buscou delimitar, acabou por descaracterizar a “clientela”, gerando ideias de pertencimento de mundos diferentes e conseqüentemente, atuações, organizações educacionais; enfatizando ao invés de atenuar, o caráter estigmatizante e os processos de criação de rótulos.

Os entendimentos acerca da “clientela” e formas de atendimento na Educação Especial no Brasil tem, contribuído para a hegemonia na maneira de analisar a anormalidade dos sujeitos com necessidades especiais e de polemizar a organização dos serviços oferecidos aos mesmos, constituindo-se em várias formas de conduzir os trabalhos desenvolvidos na educação especial proporcionando a esta modalidade de ensino considerações próprias.

A fala acima aponta não somente para a organização dos serviços, como sinaliza/possibilita apreender que por serem “especiais” requerem e necessitam de espaços “especiais”, abrindo aí um campo fértil para se pensar na organização do trabalho pedagógico à parte dos sistemas regulares de ensino.

Neste sentido, salientamos que a Educação Especial brasileira, ao longo de seu processo acabou por legitimar os espaços especiais (sejam instituições, classes etc) como o espaço “educacional” mais adequado, transferindo a responsabilidade da educação desta “clientela” para espaços de caráter filantrópico, marcadamente assistencialista e apoiado pelo Estado que delegou a estas instâncias privadas a responsabilidade pela educação destes sujeitos.

Para além deste dado, não podemos deixar de salientar que a Educação Especial constitui-se originalmente como uma área de atuação com grande influência médica ou clínica, atrelando deficiência à doença e, portanto merecedora de atendimento terapêutico (médico e clínico).

Em relação às instituições especiais e ao serviço oferecido Glat (1989) aponta para um conjunto de terapias individuais que se compunha com a prestação de serviços de vários profissionais, como: psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, dentre outros. Em relação à atenção dada ao processo de escolarização, lembrando que era reduzida a menos da metade do período que o “aluno/paciente” permanecia no estabelecimento.

Tal dado pode ser explicado pela pouca importância dada à educação, uma vez que se partia do pressuposto que a educação escolar não era necessidade, ou mesmo possível, para os indivíduos que apresentassem em seu quadro algum tipo de comprometimento, seja cognitivo e/ou sensorial.

Na década de 70, década esta reconhecida como o período da organicidade da Educação Especial no Brasil, o quadro em relação às expectativas referentes aos deficientes começa a ganhar novos contornos. Neste contexto, novos conhecimentos (técnicas e métodos) começam a surgir e o deficiente passa a ser

considerado como alguém que “pode aprender”, marcando neste momento o modelo educacional em detrimento ao médico/clínico citado no início deste capítulo. No entanto, vale lembrar, que qualquer ruptura não acontece de forma abrupta, podendo haver concomitância de entendimentos frente à deficiência.

Neste período importa a esta pesquisa, ressaltar que foi nesta década que pela primeira vez se discutiu a deficiência não somente como algo intrínseco, mas problematizou-se as condições inadequadas oferecidas ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, se pretendeu a busca de ações adequadas que promovessem a inserção dos indivíduos que apresentavam deficiência na vida escolar e social.

Em termos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692/71 (LDB) em seu Art. 9 recomendava que alunos com deficiência deveriam receber tratamento especial (escolas e classes especiais). Apesar dos “avanços” anunciados, tais proposições não representaram garantia de ingresso no sistema de ensino, continuando como um sistema paralelo, marcado por preconceitos, com atuações pautadas em modelos clínicos e com redução de conteúdos em nome de currículos próprios.

No início dos anos 90, surge a proposta de Educação Inclusiva. O conceito desta, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), implicou em uma nova organização da escola regular que deveria propor ações que visassem o favorecimento da inclusão social pautada em práticas educativas diferenciadas e tendo como norte a diversidade como condição humana em detrimento à ideia de homogeneidade.

Nesta direção toda escola e professor (a) poderão/deverão receber alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, está posto, um novo desafio em relação às práticas dirigidas às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, práticas estas fundadas na valorização das diferenças.

Nesta perspectiva o conceito de Educação Especial ganha novos contornos como aponta Glat (2007, p.15):

Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, a substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades

dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Neste contexto, se descortina um novo campo de atuação da Educação Especial, tornando um “sistema de suporte permanente e efetivo” para os alunos incluídos na classe regular bem como para os professores, que devem receber para a efetivação da proposta, um conjunto de recursos que a escola deverá em seu conjunto usufruir para atender a toda diversidade.

A Educação Inclusiva ganhou destaque nos debates de estudiosos da educação principalmente com as proposições da Declaração de Salamanca em 1994, que entre tantas proposições assinalou a necessidade de que as escolas recebessem todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas.

Em termos legais e dando relevo às Leis de Diretrizes e Bases da Educação n.9.394/96 (LDB) que reconheceu a Educação Inclusiva como prioridade e responsabilidade do Governo e dos sistemas escolares, com o intuito de qualificar crianças, jovens e adultos, garantindo-lhes o acesso, a permanência e a escolarização de todos na escola. Nesta direção, *os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, deverão ser substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para aprendizagem* (GLAT; 2007, p.16).

No entanto, apesar dos avanços em termos legais, seria contraproducente, não considerar o que assinala Ferreira (1998, p.7) a respeito aos registros legais:

O registro legal, por, si, não assegura direitos, especialmente numa realidade em que educação especial tem reduzida expressão política no contexto da educação geral, reproduzindo talvez a pequena importância que se concede às pessoas com necessidades especiais ao menos aquelas denominadas deficientes em nossas políticas sociais.

Tal afirmação chama a atenção para um dado recorrente ao pensarmos a inserção de pessoas com necessidades educativas especiais. Muitas vezes estas estão “incluídas” apenas fisicamente, sendo cumprido o que é posto em lei que é a questão do acesso. No entanto, precisamos apreender como a questão da permanência e escolarização tem se efetivado nos bancos da escola, lembrando que, de acordo com Glat (2007, p.17-8):

[...] a Educação Inclusiva não se resume a matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou à sua presença na escola. Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que espaço para a convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. Os objetivos desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico, e isso só poderá se dar a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. .

No capítulo seguinte apresentaremos as entrevistas realizadas em quatro (4) escolas do município de Londrina, tendo como sujeitos de pesquisa três (3) Diretores e uma (1) Pedagoga.

As entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas, e disponibilizado ao entrevistado um Termo de Consentimento que resguarda o sigilo do entrevistado assim como a não utilização da fita para outro fim.

Esta amostra propiciou a análise que permitiu problematizar os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva e a compreensão destes nas instituições escolares do ensino fundamental.

### **3- MÉTODO**

Neste capítulo apresentaremos as entrevistas feitas em 4 (quatro) escolas do município de Londrina, com o intuito de dar relevo aos entendimentos circulantes acerca dos conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva nas instituições escolares do ensino fundamental, *locus* desta investigação.

Com a finalidade de captar respostas para algumas questões, elegemos como referencial a pesquisa qualitativa que trabalha com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois números, não respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos são tão importantes quanto os qualitativos, uma vez que se complementam.

O interesse pelo tema que um pesquisador se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio, ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo pesquisador, isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do mesmo perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto

revela as preocupações científicas do mesmo que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los.

Assim, o ponto de partida para este estudo baseou-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento realizamos num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica acerca da temática. Após, realizamos contatos com escolas/pessoas que poderiam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. Ressaltamos que em dado o momento da escola (período de avaliações), apesar dos professores contatados se colocarem à disposição, esta pesquisa teve como sujeito os Diretores e uma Pedagoga que respondeu pela Direção no momento da entrevista.

Com vista a complementar a pesquisa bibliográfica, optamos em utilizar a entrevista como procedimento de coleta de dados, esta compreendida como aponta Haguette (1997, p.86) como um *processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.*

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos.

Os dados objetivos são aqui entendidos como censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos que só podem ser apreendidos através da entrevista, se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. E aqui reside nosso maior interesse para esta investigação e escolha por este procedimento.

Para tanto, levamos em consideração algumas etapas consideradas importantes para a elaboração de uma entrevista, a saber: o planejamento, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido, as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

Outro dado referente ao ato de entrevistar diz respeito às formulações das questões que devem ser elaboradas levando em consideração alguns aspectos já anunciados por Bourdieu (1999) que nos chama a atenção para cuidarmos das

formulações das perguntas que devem levar em consideração a sequência do pensamento do entrevistado, visando dar continuidade à conversação e cuidar para não fazer perguntas ambíguas ou tendenciosas.

Diante o exposto, esta pesquisa por ter como finalidade a exploração dos conceitos da Educação Especial e Educação Inclusiva e a forma como vêm sendo compreendidos no espaço escolar, especificamente, no ensino fundamental.

Optamos por trabalhar com entrevistas abertas, por acreditarmos que tal técnica permite ao entrevistador introduzir o tema e ao entrevistado a liberdade de discorrer, o que proporciona uma exploração mais ampla sobre a temática.

Assim, o próximo passo foi a realização de quatro (4) entrevistas em escolas do município de Londrina, tendo como sujeitos de pesquisa três (3) Diretores e uma Pedagoga, tendo em vista que no dia marcado para a entrevista o Diretor de uma das instituições de ensino não pôde nos atender delegando esta tarefa à Pedagoga da Instituição que nos atendeu prontamente

Para mantermos o sigilo dos mesmos e os respectivos estabelecimentos de ensino, optamos por discriminar cada escola tendo como código uma numeração, a saber: escolas 1, 2, 3 e 4

Queremos ainda ressaltar, que as entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas, respeitando o tempo de cada entrevistado, assumindo por parte do entrevistador uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, houve interferência, seja para evitar o término precoce da entrevista seja para sanar uma não compreensão do que foi dito pelo entrevistado.

Salientamos também que a entrevista aberta possibilita ao pesquisador obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também um maior detalhamento do assunto. Desta forma, a escolha de tal técnica se justifica na medida que a este estudo, interessa a compreensão dos conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva.

Para a execução das entrevistas inicialmente buscamos a disponibilidade do entrevistado, havendo contatos via telefone e agendamento. Outro ponto importante diz respeito à garantia ao entrevistado do sigilo de sua identidade e depoimento, havendo no contato com a escola a entrega de um Termo de Consentimento.

Ainda em relação aos procedimentos de coleta de dados destacamos que foram apresentados aos sujeitos da pesquisa uma carta de Apresentação com os

objetivos da entrevista, a justificativa do uso do gravador, a saber: registro de dados, a não utilização da fita para outro fim que não seja apreender as discussões da temática específica a este estudo.

No capítulo seguinte, apresentaremos algumas análises feitas a partir dos dados coletados nas entrevistas com os Diretores das escolas de ensino fundamental, na cidade de Londrina/PR.

#### **4 - (RE) CONTEXTUALIZANDO OS CONCEITOS NA ATUALIDADE**

Diante o exposto no capítulo anterior, pudemos apreender que das quatro (4) escolas pesquisadas, três (3) apresentam em seus relatos o que elegemos como fio condutor do nosso trabalho de investigação, a saber: o quanto no contexto acima referido (escolas de ensino fundamental) ainda se (con) fundem os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva.

Primeiramente importante ressaltar a própria dificuldade por parte dos entrevistados em diferenciar um conceito do outro, sinalizando de ante mão um desconhecimento tanto da trajetória da Educação Especial como espaço segregado e o novo contorno que ganha na atualidade com a compreensão de uma modalidade de ensino inserida em todos os níveis com o propósito de atenuar as dificuldades de alunos que dela necessitar, como também uma falta de clareza do processo nomeado como Educação Inclusiva, considerando ser este muito mais como um espaço apropriado do



que uma proposição mais ampla e que não diz respeito somente às pessoas que apresentam deficiências. Tais afirmações foram possíveis a partir das respostas sobre a organização da escola para inclusão.

Nesta direção salientamos a resposta do entrevistado da Escola 1, que já de início afirmou que *a escola é uma escola regular [...]*, no entanto, no decorrer da entrevista assinalou a necessidade de trabalho diferenciado em outras instâncias fora dos muros da escola.

Já a Escola 4 demonstra compreender o processo de inclusão como somente um processo de socialização. Nas palavras do Diretor, o aluno que apresenta deficiência

*deve estar no meio, deve fazer parte deste social, ele deve estar no social [...], A esse respeito corroborando com Glat (2007) vale lembrar que ainda é muito presente no conceito de Educação Especial, uma visão que considera que garantir o acesso, a chamada “inclusão social” como apontou o Diretor, na perspectiva de uma educação inclusiva está sendo cumprida,*

demonstrando em suas palavras uma idéia de educação inclusiva como garantia de acesso/convívio, ao mesmo tempo e contraditoriamente, apontando a necessidade de oferecer formação mais específica, não deixando claro, no entanto, em qual espaço e qual formação. Tal relato denuncia que a aquisição dos conhecimentos produzidos pela humanidade por parte dos sujeitos que apresentam algum déficit deve ser dado em algum lugar que parece não ser o mesmo onde se insere socialmente.

Tais afirmações parecem se pautarem em termos legais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71 (LDB) em seu Art.9 que recomenda que alunos com deficiência devam receber tratamento especial em escolas e classes especiais. .

Nesta direção, é evidente que a forma como vem sendo interpretada a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, ainda se assenta na idéia de espaços segregados, com professores “especiais”, crianças “especiais”, currículos reduzidos e práticas empobrecidas marcadas por um Projeto que pauta-se na falta, no desvio, na deficiência e na idéia caridosa de proporcionar momentos de convívio com os alunos “normais”.

A mídia impressa denuncia a partir dos relatos trazidos por mães de sujeitos que apresentam necessidades, os impasses vividos na atualidade e que denotam a forma como vem sendo interpretada a Educação Especial na perspectiva da

Educação Inclusiva.

Neste sentido, vale destacar a reportagem trazida na Folha de Londrina, datada de oito de março de 2010, onde foi apresentado um depoimento da dentista Wania Steca, mãe de Heloisa de cinco anos que possui paralisia cerebral. Ela nos conta que colocou a menina em um Centro de Educação Infantil e se arrependeu. Nas palavras da mãe:

*Naquele tempo ela ficava em um carrinho de bebê, a professora a colocava para olhar as outras crianças brincando. Nem ao menos tirava minha filha do carrinho e estimulava algum movimento. Isso é masoquismo [...].*

Na mesma reportagem o depoimento de Elizangela Santos mãe de José Roberto de 13 anos que também possui paralisia cerebral, além de deficiência no sistema locomotor, não difere muito. Segundo a mãe do garoto estudante numa escola da Zona Sul:

*Eles não disponibilizam uma pessoa para levá-lo ao banheiro e não dão os remédios porque as receitas não tem data de validade, já que o uso é contínuo. É um sofrimento [...].*

Tais depoimentos não apenas denunciam angústias, mas sobretudo, despreparo e falta de estrutura para efetivar de fato uma educação para todos. Podemos perceber que ainda os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva se (con)fundem na fala tanto dos Diretores, quanto são denunciadas por mães que apontam que as escolas estão em processo e por vezes repetem as práticas segregacionistas como no caso da aluna da Educação Infantil e desumanas em ambos os casos.

No entanto ressaltamos que no caso dos dois exemplos acima, nem mesmo o acesso e o respeito enquanto ser humano foi efetivado e ao menos percebido pelos agentes que lidam diretamente com estes sujeitos/alunos.

Não poderíamos deixar de destacar as propostas recorrentes de encaminhamentos de alunos considerados da Educação Especial, denotando uma compreensão que estes não fariam parte da Educação Inclusiva, como se o educando com necessidades especiais necessitasse somente de atendimento especializado, geralmente em espaços exclusivos da área da saúde.

Embora passados quinze anos desde a Declaração de Salamanca, podemos apreender deste estudo, que a verdadeira proposta de formação educacional, de valorização do sujeito e acesso, permanência e sucesso acadêmico ainda estão longe de se efetivarem, permanecendo ainda como aponta Glat (2007) em espaços de

convivência.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando este texto não podemos deixar de apontar para o que parece ser o óbvio, ou seja, que estamos diante de uma situação de muitas incompletudes e perplexidade.

As falas dos Diretores anunciam e das mães denunciam dificuldades, frustrações, temores. Porém, este estudo também visa semear a partir das reflexões suscitadas, esperança de que, através de intercâmbios a serem estabelecidos entre professores, pais, alunos, Governo, universidade, avanços e transformações possam ser produzidos, gerando uma inclusão escolar que torne possível o acesso a todos a educação.

Podemos, como tantos outros, sonhar, defender, estabelecer metas que signifiquem a gradual metamorfose de educadores, escolas e alunos em sujeitos ativos, participantes, criativos no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino.

Para tanto é fato importante que os conceitos de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sejam apreendidos por todos que lidam com os alunos, pois do que pudemos perceber das entrevistas concedidas pelos Diretores, e a reportagem do jornal, é na verdade um retrocesso das chamadas práticas segregacionistas, pautadas por laudos médicos e o não acesso por parte dos alunos dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Não pretendemos esgotar tal discussão, no entanto é objetivo desta pesquisa dar a conhecer a todos os que possa interessar, de como ainda se (con)fundem tais conceitos nos espaços escolares e mais especificamente, no ensino fundamental, *locus* desta investigação.

Esperamos assim, que esta produção de final de Curso possa contribuir não somente para o processo de formação de futuros professores, mas a todos que de forma direta ou indireta estejam envolvidos com as demandas dos sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais

## **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Tradução Mateus S. Soares. 3 edição. Petrópolis:Vozes, 1999.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em 16/03/2004.

GLAT, R. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias qualitativas na Sociologia. 5 edição. Petrópolis:Vozes, 1997.

ROMERA, Julio. Educação Especial, inclusão e política educacional; FERREIRA, Windyz B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após salamanca. In: RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação** – doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 5692/71. 1971.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9394/96. 1996.

Folha de Londrina.

Disponível em:<[http://www.bonde.com.br/folhad.phd?id\\_folha](http://www.bonde.com.br/folhad.phd?id_folha) > Acesso em 09/03/2010.

Anexo 1

Roteiro das entrevistas:

### **Caracterização da escola**

- Séries ofertadas; número de salas por série e número de alunos por sala.

Todas as escolas visitadas ofertam a educação infantil 6 e series iniciais do ensino fundamental.

A escola um (1), possui 6 salas de aula e não especificou a distribuição das turmas, atende os dois turnos e tem em média de 25 alunos por sala.

A escola dois (2), possui 9 salas de aula, sendo três 2ª série, três 3ª série e três 4ª série no período da manhã duas 1ª série e duas turmas de educação infantil no período da tarde com uma média de 25 alunos por turma, e o ensino é de 8 anos.

A escola três (3), possui 5 salas de aula e não especificou a distribuição das turmas, atende os dois turnos e tem em média 27 alunos por sala.

A escola quatro (4), possui 7 salas de aula, sendo seis salas de educação infantil, sete de 1ª série, sete de 2ª série, seis de 3ª série e seis de 4ª série, a ed. Inf e a 1ª série tem uma média de 25 alunos as outras séries de 30 a 35 alunos por turma.

- Classe Especial, de recurso/apoio.

Nenhuma das escolas entrevistadas tem classe especial, sala de recursos e nem de apoio a aprendizagem.

- O projeto Político Pedagógico contempla o trabalho com alunos com necessidades especiais? Se não, o que regulamenta o trabalho com estes alunos?

Todas as escolas o Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla o trabalho com os alunos especiais.

### **Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais:**

- a) Número de alunos
- b) Tipo de necessidade educacional especial
- c) Local de atendimento
- d) Trajetória do aluno

A escola 1, declarou não ter alunos com necessidades especiais no momento da entrevista. Mas adiante na entrevista ela diz ter uma caso de Aspen alguns alunos limítrofes, mas que segundo ela não chega a ser uma necessidade especial, mas também não deixa de ser.

A escola 2, tinha dois alunos com adaptação curricular e que vieram de uma escola de educação especial.

A escola 3, tinha uma média de 12 alunos por turma que necessitavam do acompanhamento das psicopedagogas da prefeitura, mas não especificou a dificuldade dos mesmos.

A escola 4, tinha um deficiente auditivo, com o apoio do ILES, um com deficit de aprendizagem que frequentava a sala de recursos em outra escola da rede municipal, e um aluno que frequentava a escola especial e foi encaminhado para a escola regular.

e) No caso de alunos que frequentam classes especiais, como se dá a interação com os outros profissionais na escola? Em quais momentos há esta interação?

Nenhuma das escolas entrevistadas possui classe especial, os relatos dos Diretores é apenas de alunos que foram encaminhados por escolas de Educação Especial, neste critério os mesmos procuram colocá-los em sala com número menor de alunos, fazer adaptação curricular, trabalhar de maneira diferenciada e buscam apoio na equipe de psicopedagogas da Prefeitura do Município.

### **Como avalia a inserção e a permanência do aluno com necessidade educacional especial na escola?**

Escola 1, Hoje em dia, o professor está mais preparado que antes, neste sentido hoje é melhor, pois tem apoio da nossa mantenedora, ha cursos na UEL e outras instituições.

Escola 2, Dentro do Município de Londrina, eu acredito que nós estamos a frente de outros municípios, porque temos salas de recursos, classe especial.

Escola 3, Eu considero que ele deve estar no meio, que deve e faz parte deste social, ele deve estar no social, ele necessita disto, precisa ter formação mais especificada nesta parte.

Escola 4, Acho complicado a inserção, a ansiedade do professor que trabalha, trabalha e não vê retorno, no papel é muito bonita mais na prática é deficiente, falta formação, o fato de o professor não ter formação , a própria equipe pedagógica não tem formação.

## Anexo 2

### Termo de Consentimento:

Estamos realizando um estudo sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede municipal de Londrina e necessitamos de seu

consentimento para realização de entrevista que versará sobre o tema investigado. Cumpre ressaltar que o recurso de registro utilizado é a gravação em áudio gravador e que seu conteúdo será utilizado exclusivamente para fins de pesquisa. A reprodução de trechos da entrevista em relatórios de pesquisa e em publicações guardará plenamente o sigilo do entrevistado e da unidade escolar da qual participa.

Agradecemos sua atenção e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, autorizo a realização da entrevista, conforme descrito acima, referente à pesquisa sobre inclusão escolar no município de Londrina, sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Moreira de Moura.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Moreira de Moura  
Docente do Departamento de Educação

Anexo 3

Reportagens do jornal a Folha de Londrina





Wania Steca e a filha  
Helôisa, de 5 anos:

**Faltam estrutura e preparação de professores Londrina** - A inclusão de crianças com necessidades especiais no sistema regular de ensino é mais uma preocupação para os pais. A dentista Wania Steca, mãe de Heloisa, 5 anos, que tem paralisia cerebral, afirma que o preconceito é visível. "Odeio a música da propaganda que diz 'eu não sou diferente de ninguém'. É mentira dizer que as crianças especiais são iguais às outras e que não sofrerão preconceito na escola regular. É como se elas fossem um material para educar as outras."

Wania conta que colocou Heloisa em um centro de educação infantil e se arrependeu. "Naquele tempo ela ficava em um carrinho de bebê, a professora a colocava para olhar as outras crianças brincando. Nem ao menos tirava minha filha do carrinho e estimulava algum movimento. Isso é masoquismo." A falta de sensibilidade de alguns pais também incomoda a dentista. "Muitos não sabem orientar seus filhos. As crianças olham os que possuem necessidades especiais como se fossem ETs. É bonito falar em inclusão, dá impressão de politicamente correto. Mas só uma mãe que passa o dia com seu filho que não fala, não anda, não come sozinho, pode saber o que essa criança precisa."

Elizangela da Silva Santos é mãe de José Roberto, 13 anos, que possui paralisia cerebral e deficiência no sistema locomotor. Ele estuda numa escola na Zona Sul. Desde que começaram as aulas, ela acompanha o filho durante toda a manhã na escola. "Eles não disponibilizam uma pessoa para levar meu filho ao banheiro. Não dão os remédios porque as receitas não têm data de validade, já que o uso é contínuo. É um sofrimento", explica Elizangela.

A preocupação de Elizangela vai além das adaptações físicas do colégio. "Tenho medo que o maxuquem. Nos intervalos as crianças correm, pulam, podem derrubá-lo. Se eu o deixo lá, sozinho, como vai ficar? Sem um acompanhante que ao menos o leve ao banheiro? Isso é inclusão?"

**(B.M.)**